



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150377 - CE (2021/0218729-2)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : HUDSON ASSUNCAO LIMA (PRESO)
ADVOGADO : ANTONIO CARLOS ARAUJO ARRUDA PRADO - CE042604
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por HUDSON ASSUNCAO LIMA contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (HC n. 0628697-08.2021.8.06.0000).

O recorrente foi preso em 15/4/2019, por ocasião do recebimento da denúncia contra ele, baseada na garantia da ordem pública e para conveniência da instrução criminal, e em 19/11/2019 foi pronunciado como incurso nas sanções do art. 121, § 2º, II, IV e VI, c/c § 2º-A, I, do CP.

Sustenta que faz jus a aguardar e responder ao processo em liberdade, considerando o constrangimento ilegal que vem sofrendo, decorrente do excesso de prazo, porquanto deveria ser submetido a julgamento pelo Tribunal Popular do Júri, todavia, até a presente data, ainda não foi realizado o devido ato. Alega, ainda, a inexistência dos fundamentos da prisão preventiva no caso, e que vem sofrendo sérios riscos à sua saúde em decorrência da persistência do estado pandêmico em que vivemos.

Requer, liminarmente, o deferimento da medida de urgência para a suspensão dos efeitos da decisão quanto à decretação da prisão preventiva, assegurando-se ao paciente o direito aguardar o julgamento do *writ* em liberdade. No mérito, requer o provimento do recurso a fim de revogar a preventiva, ou a substituição por outra medida cautelar, nos termos da recomendação n. 62 do CNJ e, prevista no art. 319 do Código de Processo Penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente